

ARIELLA PARDO SEGRE¹

(Trieste, Itália, 1940)



Ariella Segre, S. Paulo, 1960.

Ficha consular de qualificação.

Acervo: Alice Farkas/SP; Arqshoah/Leer-USP.

¹ Entrevista concedida por Ariella Pardo Segre a Sarita Mucinic Saruê, pesquisadora do Projeto Vozes do Holocausto, S. Paulo, 15 e 29 de julho de 2015. Câmera: Raíssa Alonso; Transcrição: Samara Konno. Transcrição: Tucci Carneiro e Carol Collfield. Pesquisas: Blima Lorber e Carol Collfield. Arqshoah/Leer-USP.

Minhas raízes ítalo-judaicas

Meu nome é Ariella Pardo Segre. Nasci em Trieste (Itália) em 9 de julho de 1940, e sou filha de Ferruccio Pardo e Iris Volli Pardo. Meu pai era formado em matemática/física, direito e filosofia. Em 1934, durante uma visita à sua cidade natal, Trieste, no norte da Itália, Ferruccio conheceu Iris Volli, apresentada por seu grande amigo, Carlo Morpurgo (que faleceu em um campo de concentração). Iris era uma jovem professora, muito ativa na comunidade judaica local, com quem Ferruccio se casou logo em seguida. Em julho de 1936 nasceu Lucio Pardo, meu irmão mais velho.



Trieste, cidade natal de Ariella Segre.
Google Maps.

Minha mãe, assim como meu pai, pertencia a uma família de intelectuais judeus italianos.^A Sua irmã, Gemma, era tradutora, historiadora, escritora e professora. Meu pai, o professor Ferruccio Pardo, era um intelectual e autor de teses e livros, alguns deles já publicados, e tinha uma reputação muito bem consolidada. Mais tarde, ele também

A-A comunidade judaica italiana nos anos de 1930: A população judaica na Itália até 1938 era de aproximadamente 46.500 habitantes, em sua grande maioria urbana e pertencente à classe média. Dentre eles, aproximadamente 44% trabalham no comércio, 22% na indústria, 12% eram funcionários públicos e 9% ocupavam profissões liberais. Os demais dividiam-se entre o setor de transportes, comunicações e seguros. Somente 1,5% dedicava-se à agricultura. ZIMMERMAN, Joshua D. (Ed.). *Jews in Italy under Fascist and Nazi Rule, 1922-1945*. New York: Cambridge University Press, 2005, p. 9.

Ariella Pardo Segre



Volli, a família materna de Ariella. Da esquerda para a direita: Elvira, avó de Ariella, suas tias Alma, Flora e Gemma, seu tio Ugo, seu avô Ignacio e sua mãe Iris. Fonte: GOLFERA, Silvia. *Una donna del secolo scorso: Gemma Volli*. Disponível em: http://www.storiamemoria.it/sites/default/files/e09_convegno-interventi-scuole-pres-15_baracca.pdf. Acesso em: 29 out. 2019



Gemma Volli, Palestina, anos de 1930. Fotografia reproduzida de GOLFERA, Silvia. *Una donna del secolo scorso: Gemma Volli*. Disponível em: http://www.storiamemoria.it/sites/default/files/e09_convegno-interventi-scuole-pres-15_baracca.pdf. Acesso em: 29 out. 2019

teve comprovada sua competência na direção de importantes colégios italianos como o *Istituto Magistrale Laura Bassi*, de Bolonha, e o *Liceo Italiano* no Cairo (Egito).

Tempos de mudanças sob o fascismo

Eu ainda não era nascida quando Mussolini decidiu, mediante um conjunto de leis racistas, expulsar os judeus da Itália.^A Assim, o nosso mundo, como o de todos os judeus italianos, começou a ruir, um pouco antes do meu nascimento em 1940. Tempos difíceis para se ter um filho, como muitos diziam ao meu pai. Tempos cruéis, como veremos em seguida, que iriam abalar a presença milenar dos judeus italianos.^B

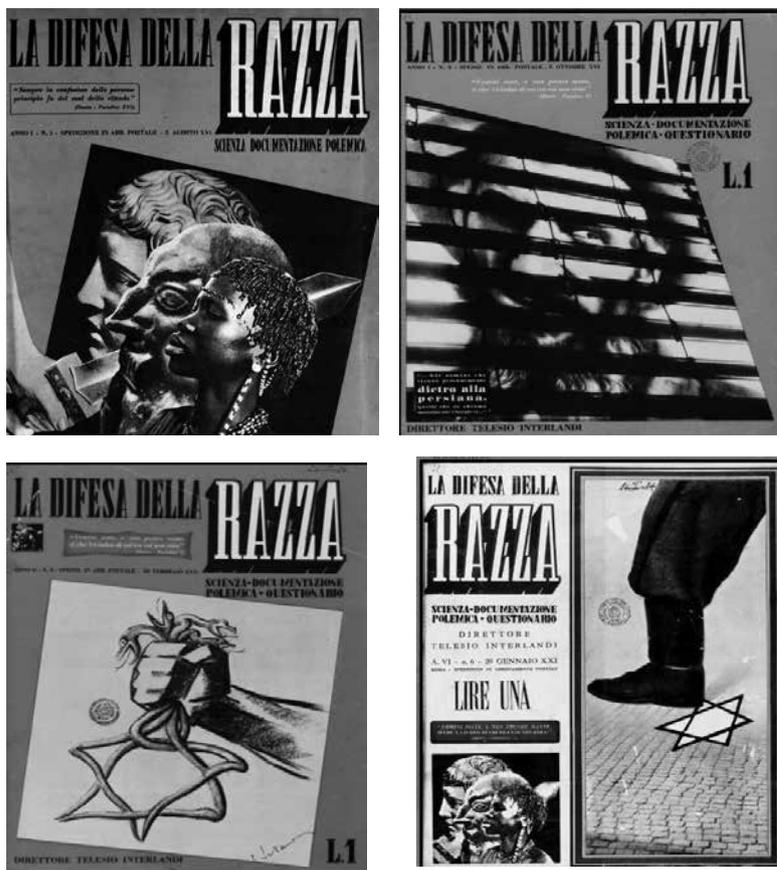
Em 1937, meu pai foi indicado para dirigir uma prestigiosa escola secundária, o *Istituto Magistrale di Reggio Emilia*. Em 1938, pouco antes da promulgação das leis raciais, Gemma (irmã da minha mãe) havia escrito o livro *Le Escluse* (As Excluídas), que tratava da questão feminina. Apesar de já publicado, sua distribuição foi imediatamente proibida, não pelo seu conteúdo, mas pelo fato de que sua autora era judia.

Dois anos antes do meu nascimento, um decreto promulgado por Mussolini em 5 de setembro de 1938 trouxe graves mudanças para a minha família, composta, em grande parte, por intelectuais e professores judeus. Esse documento tratava das “determinações para a defesa da raça na escola fascista”.²

2 Decreto promulgado por Mussolini em 5 de setembro de 1938: Art. 1: Ao cargo de professor em escolas estatais ou paraestatais de qualquer ordem ou grau (...) não poderão ser admitidas pessoas de raça judaica (...); Art. 2: Nas escolas de qualquer ordem ou grau (...) não poderão ser inscritos alunos de

A- Até 1938, os judeus triestinos sentiam-se relativamente seguros, sem perseguições antisemitas. Mesmo assim, alguns decidiram fugir para a Palestina, então sob o mandato britânico, onde existiam várias colônias de judeus. Entre estes estava Giorgio Voghera (1908-1999), que foi viver em Jaffa, regressando apenas em 1948. Em 1943, como escreveu Jan Morris (2001, p. 111-112), “os triestinos foram apanhados pela História: os nazistas apoderaram-se de Trieste. Algumas centenas de judeus conseguiram fugir para a Suíça ou mesmo para outros lugares na Itália. Cerca de 700 triestinos judeus, porém, foram condenados à morte ou à deportação. Em 16 de outubro, ocorreu a batida no gueto de Roma, e 1.014 judeus foram capturados e deportados para campos de concentração nazistas, dos quais apenas 16 voltaram. Na verdade, 57% desses prisioneiros foram capturados fora do gueto, como em Montesacro, e oito deles pertenciam a quatro famílias, incluindo Funaro, Di Veroli e Cacaurrei”.

B- Raízes da comunidade judaica na Itália: A experiência dos judeus na Itália é marcada pela persistência de uma mentalidade tolerante. Embora tenha sido em Roma que os judeus foram obrigados pela primeira vez a usar sinais distintivos, como insígnias ou chapéus para diferenciá-los dos demais membros da sociedade, foi também em Roma onde eles conquistaram o respeito de vários de seus imperadores. No entanto, quando a Cristandade foi reconhecida como religião oficial pelo Império romano em 380 e.c., essa atitude começou a oscilar; por séculos, o pêndulo balançou entre exclusão e inclusão, com os papas desempenhando um papel crucial para o bem ou para o mal. Os Conselhos de Latrão – séculos XI e XII – instauraram medidas para impedir o crescimento da heresia. Em Roma, esses decretos não foram



Capas da revista fascista *La Difesa della Razza*: 1938, n. 1 e 5; 1939, n. 8; 1943, n. 6.
Doação de Anna Rosa Bigazzi. Acervo: Tucci/SP.

Em 6 de outubro de 1938, foi decretada uma lei pela qual todo judeu que era funcionário do Estado deveria ser afastado de suas funções. As consequências das leis raciais^A foram sentidas imediatamente por toda a Itália, onde os judeus, até então, viviam integrados à sociedade. No dia 16 de outubro de 1938, tal como exigia o decreto-lei, meu pai foi desligado do seu cargo de diretor do *Istituto Magistrale*.

raça judaica; Art. 3: A partir de 16 de outubro de 1938, todos os professores de raça judaica que pertençam ao cargo em escolas conforme o artigo 1, serão suspensos do serviço; para tal finalidade, equiparam-se aos professores e diretores das escolas mencionadas, os ajudantes e assistentes universitários, e o pessoal de vigilância nas escolas básicas. (...) Fondazione Centro di Documentazione Ebraica Contemporanea. Disponível em: <http://www.cdec.it/home2_2.asp?idtesto=185&idtesto1=643&son=1&figlio=558&level=6>.

realmente implementados, e a cidade se tornou abrigo para os judeus que fugiam das perseguições, especialmente após 1492, quando foram expulsos da Espanha. No entanto, a partir do século XVI, leis anti-judaicas começaram a ser postas em prática na Itália e se materializaram, entre outras disposições, através do confinamento dos judeus em espaços delimitados dentro das cidades. Como política, o estabelecimento do gueto de Veneza em 1516 é tido como um marco, já que inaugurou uma nova era nas relações entre judeus e cristãos na Itália e inspirou outras cidades italianas e europeias a adotarem a mesma prática, que duraria até o final do século XVIII e, no caso de Roma, até o século XIX.

A- Leis em defesa da raça: Após anos de preparação burocrática e da opinião pública, em 6 de outubro de 1938, o Grande Conselho do Fascismo aprovou o documento “Declarações sobre a raça”, que deu origem às chamadas “Leis raciais”, promulgadas em novembro e dezembro do mesmo ano. Essas leis significaram um duríssimo golpe para a comunidade judaica da Itália, já que, entre suas disposições, no que se refere aos judeus, determinava sua imediata exclusão do serviço público, do serviço militar, dos bancos e de todas as instituições públicas de ensino. Essas medidas atingiam professores e alunos, tornando-os proibidos de frequentar escolas públicas. A partir de 1938, intensificou-se, através da imprensa italiana, a propaganda contra os judeus, que atingiu maior violência com a invasão da Itália pela Alemanha em 1943. A publicação da revista quinzenal *La Difesa della Razza* (*A Defesa da Raça*) teve um papel crucial na campanha antisemita do governo de Mussolini. Artigos de cientistas, antropólogos, médicos, biólogos, entre outros, colaboravam para legitimar o ato do regime, imprimindo um caráter pseudocientífico àquele periódico. O primeiro número trouxe o “Manifesto dos cientistas racistas” cujos dez pontos estabeleciam uma plataforma racista e antisemita. O ponto de número nove estabelecia que “Os judeus não pertencem à raça italiana. (...) Os judeus representam a única população que nunca se assimilou à Itália porque ela é constituída de elementos raciais não europeus, e que são totalmente diferentes dos elementos que deram origem aos italianos.”

Na ocasião, ele chamou todos os professores e disse: “Eu sei que aqui não tem nenhum professor judeu, mas eu sou judeu. Eu devo ir embora”. Quando saiu da escola, ele viu que todos os professores correram atrás dele, pedindo que ficasse. Ele não podia ficar. Então, deixou o prédio e foi caminhando, sozinho, até a estação da cidade. Ao chegar lá, um pequeno grupo de professores, entre os quais a professora Lina Cecchini e a secretária Vera Bergomi, o esperavam para uma pequena homenagem.^A

Até esse momento a ameaça não era de vida, apenas o prenúncio de uma difícil sobrevivência. A ameaça de vida começou após 1943, e passou para a história do Holocausto. A política italiana mudou de direcionamento: Mussolini foi deposto e preso. Porém, em 25 de julho de 1943, Hitler entrou na Itália e reconduziu Mussolini ao poder, mas ele não governava, era apenas um fantoche. As leis nazistas da Alemanha passaram a ser efetivas na Itália em 16 de outubro de 1943. A primeira lei nazista sobre Roma acarretou massacres e deportações. No restante da Itália não se sentia tanto. Entre 1938 e 1943 meus pais continuaram a dar aulas em outras escolas onde havia somente alunos judeus. E assim se formou um outro ensino paralelo para judeus com professores judeus. Todos afastados da escola pública, segregados, mas havia um *modus vivendi*. Meu pai também dava aulas particulares de matemática e de física. Como nem todos os alunos podiam pagar, alguns traziam dois ovos, outros pagavam com meio quilo de farinha; o que podiam dar, davam. Meu pai aceitava porque tudo estava muito difícil. Ele também lecionava na Escola Judaica Manzoni de Milão, onde ministrava aulas de matemática e de física

A- Segundo testemunho de uma das professoras do *Istituto*, Lina Cecchini, relatado em: PETRUCCI, Antonio. “Ferruccio Pardo e l’Istituto Magistrale di Reggio Emilia”, in: FONTANESI, A.; MUSSINI, L.; PETRUCCI, A. *Per le Recenti Disposizioni sulla Razza. Storia di Ferruccio Pardo e di altri reggianni ebrei*. Reggio Emilia: Istituto Statale “Matilde di Canossa”, 2009. Além de professora, Lina Cecchini era também ativista do movimento antifascista católico. In: LAMA, Luisa. *Nilde Iotti 1945-1946. Alle Origini di una Storia Politica al Femminile*. Disponível em: <<http://www.fondazioneildeiotti.it/docs/documento3896177.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

para os estudantes secundários e de análise matemática para o nível universitário.^A Já minha mãe organizou um pequeno estabelecimento voltado para crianças judias do Ensino Fundamental, chamado de “La Scuoletta” (A Escolinha), devido ao pequeno número de alunos. Ela e outro professor, Giorgio Formiggini, encarregaram-se da educação formal de 15 meninas e 18 meninos. Até 1940, a pequena escola judaica funcionou num prédio da Via Pietralata n° 60, em Bolonha.

No entanto, o aprofundamento cada vez maior das políticas de restrição aos judeus italianos fez com que gradualmente a comunidade fosse diminuindo, assim como o número de alunos da *scuoletta*. A partir de 1940 o prédio da Via Pietralata ficou muito grande para os 18 alunos remanescentes e, a partir de então, minha mãe e seu reduzido grupo de alunos mudaram-se para o prédio da Via Zamboni n° 2, coincidentemente ao lado de onde era o antigo gueto de Bolonha, estabelecido em 1556. Todas essas ações eram um esforço coletivo para garantir aos jovens da comunidade judaica a educação que o governo racista de Mussolini tentava negar-lhes.

Uma vez, meu pai estava em uma biblioteca pública – local onde costumava passar muitas horas lendo e escrevendo, pois estava desempregado e com apenas alguns alunos particulares –, e quando ele foi até o balcão para devolver um livro, o funcionário da biblioteca (que ele achava que não o conhecia) falou: “Professor Pardo, entrou um agente da *Gestapo* pela porta que está atrás do senhor. O senhor não se vire, por favor. Deposite o livro em cima da mesa próxima da porta que está atrás de mim e saia.” Logo se deu conta que os

A- Ver texto de Lucio Pardo: “La Comunità Ebraica di Bologna dal 1938 al 1943”, in: *Le Scuole Ebraiche di Bologna, dopo le leggi razziali*. Disponível em: <<http://www.comunitaebraicabologna.it/it/bologna-ebraica/comunita/5-le-scuole-ebraiche-di-bologna-dopo-le-leggi-razziali>>.

funcionários da biblioteca sabiam que ele era judeu e eram solidários a ele. Nem todos os italianos eram amigos, assim como nem todos os judeus eram solidários.

Com o meu nascimento, em julho de 1940, minha família, então um pouco maior, passou a morar no mesmo prédio onde funcionava a escola. As aulas eram ministradas



Via Pietralata n° 60, local onde de 1938 a 1940 funcionou a *Scuoletta Ebraica di Bologna*.
Google Street View.

ao mesmo tempo para alunos do 1º ao 5º ano. Foi ali que meu irmão, Lucio, iniciou sua vida escolar, tendo a nossa mãe como professora.

A triste República de Saló^A

A partir de 25 de julho de 1943, nossa vida e a de todos os judeus da Itália entrou na fase de risco com a invasão dos alemães. Em novembro de 1943, numa tentativa de ressuscitar o Partido Fascista, foi promulgado o chamado Manifesto de Verona. Um dos 18 pontos do documento

A- A invasão nazista à Itália: Em 25 de julho de 1943, um golpe de Estado retirou Mussolini temporariamente do poder e resultou numa grave deterioração na situação da comunidade judaica na Itália já que a ele seguiu-se a invasão do país pela Alemanha nazista. Até aquele momento, aproximadamente 20% dos judeus haviam deixado o país devido à perseguição e à política de exclusão fascista, restando ainda 39.907. Enquanto as forças aliadas avançavam pelo sul, liberando o território e os campos de concentração, as regiões central e norte da Itália iam sendo rapidamente invadidas pela Alemanha. Nessas regiões ocupadas formou-se, meses mais tarde, um novo estado fascista, que ficou conhecido como a “República de Saló”, por sua cidade-capital. Os judeus confinados dentro dessa área tiveram seus bens confiscados, sendo presos e deportados para campos de concentração e extermínio nazistas na Europa Central e Oriental. A burocracia fascista e a ativa participação da polícia italiana favoreceram uma nova etapa de perseguição aos judeus, desta vez genocida, que culminou com a instalação na cidade de Verona, em outubro de 1943, do quartel-general de uma unidade especial de Berlim. Uma das ações mais atrozess dessa unidade ocorreu em 16 de outubro de 1943 em Roma, quando 1.015 dos 6.730 judeus foram capturados e deportados para Auschwitz-Birkenau sem qualquer protesto por parte do Vaticano. Nos dois meses seguintes, outros 7.345 judeus foram presos por todo o norte da Itália, dos quais 6.746 foram para as câmaras de gás de Auschwitz ou morreram devido às terríveis condições do campo. Em Trieste, cidade de Ariella, os alemães se encarregaram de matar 630 judeus no tristemente célebre campo de concentração. Ver: WISTRICH, 2001; ZUCOTTI, 2000; GILBERT, 2014.

declarava os judeus como “inimigos da nação”. Nos últimos meses de 1943 a situação dos judeus na Itália tornou-se insustentável.



O campo de concentração *La Risiera di San Sabba*, o único em território italiano equipado com fornos crematórios. Vários perpetradores alemães responsáveis pelo assassinato de milhares judeus nos campos de Sobibor, Belzec ou Treblinka, foram transferidos para Trieste a fim de continuar com as suas atividades genocidas. Disponível em: < https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/39/Risiera_di_San_Sabba_2.JPG>, Acesso em: 29 out. 2019.

Devido aos constantes bombardeios em Bolonha, meu pai havia alugado um pequeno apartamento em Budrio, uma cidade a 20 quilômetros de distância. Ele, porém, ia regularmente a Bolonha para dar aulas. Um dia perdeu o trem e não conseguiu ir a Bolonha. Conseguiu chegar somente dois dias depois. Ao colocar a chave na fechadura do apartamento da Via Zamboni nº 2, onde até pouco antes funcionava a escolinha de minha mãe, meu pai ouviu uma voz. Era o vizinho do quarto andar, Alfredo Giommi, que estava esperando na

escada havia muito tempo para adverti-lo que corria perigo. Alfredo convidou meu pai para dar uma volta com ele no quarteirão e assim poder contar-lhe que dois dias antes, ou seja, no exato dia em que ele perdeu o trem, não conseguindo chegar a Bolonha, policiais nazistas e “carabinieri” italianos haviam estado lá procurando por ele. Era evidente que voltariam. Meu pai soube, então, que não era possível continuar morando no país. Assim, despediu-se do amigo que lhe disse: “Quando você voltar festejaremos juntos”.^A E assim fizeram. Mas antes, uma longa e perigosa jornada aguardava nossa família.

A- Transcrito a partir das memórias escritas de Iris Pardo, em trecho publicado por seu filho Lucio Pardo em “Il Segreto di Don Carlo Banfi”, in: PARDO, Lucio. *Don Carlo Banfi: Un Eroe Sconosciuto. Solidarietà e Impegno Civile a Sormano, 1943-1945*. Documenti e Testimonianze. Comune di Sormano, 2013.

Minha família em fuga

Depois do alerta do vizinho, meu pai voltou para Budrio para buscar a família. Procuraram às pressas um carro ou algum transporte que nos levasse embora dali. Embalaram algumas coisas e de madrugada, ainda escuro, partimos para Bolonha, onde poderíamos pegar um trem para Milão. O objetivo era a fronteira com a Suíça, onde buscaríamos refúgio.

Mesmo sem ter para onde ir, não voltamos para casa. Na saída da cidade nós tínhamos amigos, mas todos tinham medo de receber judeus. Todo mundo tinha medo, porque sabia que se escondessem um judeu, ele seria preso assim como quem o hospedava. Sabíamos que cada judeu valia mil liras e, em tempo de fome, todo mundo procurava pelos judeus para ganhar o dinheiro fazendo uma denúncia. E muitos fizeram isso! Nós soubemos que havia um grupo de pessoas que poderia nos ajudar a passar os Alpes e chegar à

Suíça, mas não era fácil. Lembro-me de um alto falante numa estação que anunciava que aquele que não apresentasse documento seria morto. E, por não ter documentos, passamos por momentos bastante difíceis.

A gente não tinha mais casa, e não sei sequer onde dormirmos. Eu não me lembro bem. Eu sei que uma vez pegamos um trem que estava parado fora da estação. Conseguimos chegar até Milão a pé. A estação de Bolonha tinha sido bombardeada. Daí seguimos para a cidade de Solzago, na região do Lago di Como, ainda na Itália, próximo à fronteira da Suíça. Ali moravam minha tia Flora (irmã de minha mãe) e seu marido, Ernesto Raffa, vice-prefeito da cidade. Ernesto pediu aos meus pais que levassem a esposa dele junto: “Minha mulher é judia e eu quero que ela viva. Não vai adiantar ela ser casada com o vice-prefeito da cidade quando os alemães vierem”. De fato, ela sobreviveu. Em seguida, encontramos também a tia Gemma. Ao saber dos planos da família de fugir para a Suíça, Gemma disse: “Querem ir para a Suíça? Iremos juntos. Deixem comigo”. A partir daí, ela encarregou-se de organizar os preparativos e liderar o grupo naquela difícil travessia.

Além de uma intelectual, tia Gemma era também uma humanista. Mulher sensível. Quando começou a perseguição dos judeus na Alemanha, em meados de 1939, ela colaborou para a fuga de muitos dos que passavam pelo porto de Trieste, sua cidade natal, rumo à Palestina, inclusive acompanhando alguns deles.

Em suas memórias, minha mãe conta como somente um dia depois do encontro com Gemma, ela já tinha um plano definido:

Agora a fronteira está aberta. Fiz contato com contrabandistas que nos levarão até lá. É necessário levar roupas pesadas, sapatos adaptados porque a estradinha que devemos percorrer pode estar congelada. Nevou um pouco no [Monte] Bisbino e temos que ultrapassá-lo. Me garantiram que vão conseguir duas mulas. Podem levar uma mochila por pessoa, nada além disso! Malas? Nada de malas! Haverá ainda um carregador para levar a menina [Ariella] até a fronteira.³

3 Transcrito das memórias de Iris Pardo. PARDO, Lucio. “Il Segreto di Don Carlo Banfi”, in: PARDO, Lucio. *Don Carlo Banfi: Un Eroe Sconosciuto. Solidarità e Impegno Civile a Sormano, 1943-1945*. Documenti e Testimonianze. Comune di Sormano, 2013.

Após os preparativos, deixamos Solzago em direção a Laglio. Desse ponto, uma pequena estrada conduzia ao Monte Bisbino, por onde deveríamos iniciar a subida para atravessar a fronteira e chegar à Suíça. Outras pessoas juntaram-se ao grupo, entre elas o casal Caffaz, também de Bolonha. Certa noite, meus pais arrumaram alguém para nos ajudar a subir as montanhas a pé. Lembro-me que nos Alpes a neve era mais alta do que eu. No caminho paramos em um casebre, onde recebemos alguma comida de um grupo que lá estava e, em seguida, esse grupo se juntou a nós para cruzar os Alpes. As pessoas se uniram para ajudar os mais necessitados. Uma dessas pessoas, que estava doente, foi carregada em cima de um burro. Cada uma delas tem uma história. Estavam conosco minha tia Gemma Volli e uma irmã da minha avó, que se chamava Emma Pincherle. Gemma era historiadora e também foi afastada do ensino. Era autora de um livro que foi retirado das livrarias e foi reeditado somente quarenta anos depois, premiado quando ela já havia morrido. Portanto, Gemma Volli também tem sua história. Todos temos uma.

Fomos subindo, pois no nosso trajeto pelos Alpes havia pontos que chegavam a ter mais de quatro mil metros de altitude. Acharam uma casa onde dormir. Minha tia Gemma dormiu sentada na porta de saída da casa, com medo que alguém saísse para denunciar a gente, resolvendo assim seus problemas financeiros. Eu lembro que era pequena e minha mãe pediu ajuda para um contrabandista de cigarros que também subia a pé carregando uma mochila. Minha mãe falou: “Se você carregar minha filha eu te dou este anel”. Ele aceitou. Então, assim fomos subindo as montanhas. Minha mãe não aguentava mais e estava se segurando no rabo do burro enquanto caminhava. De repente, ela caiu e rolou buraco abaixo. Eu me assustei, comecei a gritar chamando pela minha mãe. Me sufocaram, para que eu parasse! Me sufocaram mesmo, sufocaram! Me reanimaram com respiração boca a boca e disseram: “Sua mãe está morta, se você gritar, morremos todos”. Não havia o que dizer, eu tinha apenas três ou quatro anos. Voltei carregada nas costas dessa pessoa, não abri mais a boca. Minha mãe não havia morrido. Fiquei sabendo que ela rolou para baixo numa fenda da montanha, alguém a puxou e ela foi salva. Viveu até os 93 anos. Apesar de ter somente três anos e meio na época, essa imagem nunca saiu da minha memória. O pavor de ver minha mãe caindo fez com que eu soltasse um grito que todos se apressaram em inibir para não atrair a atenção de alguém que pudesse nos delatar. Devido à escuridão,

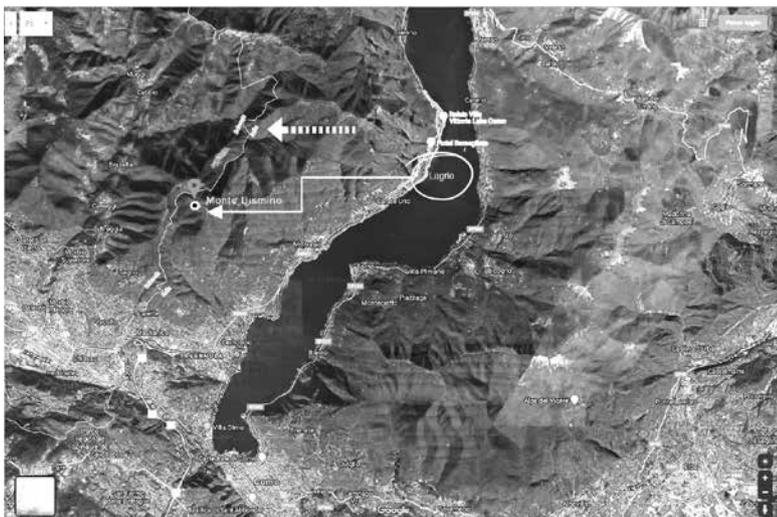
todos pensavam que minha mãe estaria morta, mas ela se recuperou da queda e uniu-se ao grupo novamente.

Quando estávamos tentando entrar na Suíça, me lembro de que fui arremessada para o outro lado do arame farpado e caí sobre um monte de neve. Uma pessoa me pegou no colo, me levou para um lugar onde havia um aquecedor e me deu um tablete de chocolate. Nisso, do lado de fora, apareceu um homem e minha mãe começou a gritar [falando em italiano]: “Vocês não matam as crianças, minha filha está lá dentro”. De fato, eles não matavam crianças. Essa pessoa tinha algum sistema de comunicação, ela falava por... não era um telefone. Depois de algum tempo, ele abriu a porteira e meus pais entraram com um pequeno grupo de pessoas. Ele nos deixou entrar. Hoje eu tenho registros de muitas dessas pessoas, incluindo os da minha família, porque a Suíça documentou. Muitos falaram que a Suíça era assassina, mas muitos foram salvos pela Suíça. Aqui está o nome do livro que contém o nome da maioria dessas pessoas: *La frontiera della speranza: Gli ebrei dall'Italia verso La Svizzera, 1943-1945*, de Renata Broggin, publicado pela Edizione Mondadori.

Bem, essa nossa caminhada levou umas duas semanas no máximo, o tempo de caminhar até a fronteira. Chegamos à Suíça onde havia muitos refugiados. Fomos até um barracão onde havia muita gente e muita palha. Na miséria, todo mundo briga por pouca coisa. Um roubava palha dos outros porque cada um tinha seu monte de palha para dormir, alguns com um monte alto e os outros com montes mais baixinhos. Mas isso acontece. Todos deveriam passar por um exame médico; minha mãe passou e recebeu uma carteirinha em que estava escrito “SP”. Minha mãe pensou: “‘serviços pesados’, logo eu que tenho dor na coluna”. Nós estávamos na Suíça italiana, onde se fala italiano! Serviços pesados? Meu pai também passou no exame médico e recebeu sua carteirinha com “SP”, e depois eu, também com “SP”. Minha mãe tentou explicar que eu não podia fazer serviços pesados: “Ela tem apenas quatro anos, não pode ser serviços pesados!” Aí ela criou coragem para perguntar, sendo que nessa altura ninguém queria falar nada com medo de ser mandado embora, pois nós tínhamos entrado na Suíça sem nada.

– Por favor, o que é SP? – perguntou minha mãe.

– Quer dizer ‘sem piolhos’ – respondeu alguém.



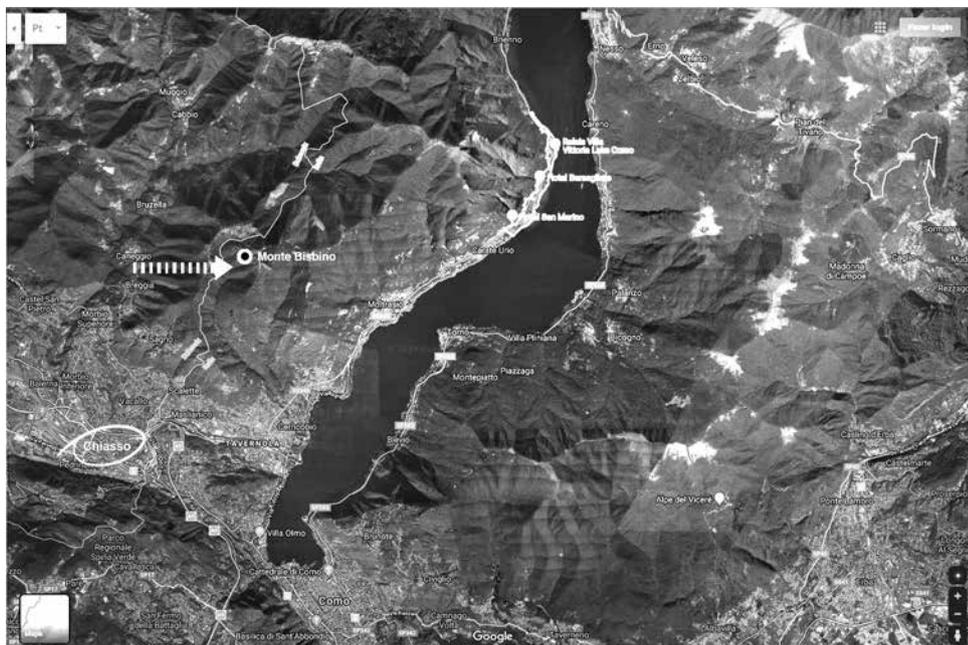
Localização de Laglio (no círculo oval), de onde a família de Ariella partiu para atravessar a fronteira pelo Monte Bisbino. A seta aponta para a linha que demarca a fronteira entre Itália e Suíça. Criação: Carol Collfield. Google Maps.

Seguimos para Chiasso, onde fomos aceitos. Recebemos ali documentos de refugiados, o que nos dava direito a abrigo e comida. Fomos selecionados e orientados, cada um pela idade, sendo meu irmão mais velho do que eu. Fui levada para Champéry, em um lugar onde ficavam apenas as crianças pequenas. Eu não entendia nada, mas me davam o que eu precisava. Minha mãe veio me visitar uma vez e eu chorava falando que não queria voltar para a ala das crianças.^A Minha mãe, não vendo alternativa possível, disse que se eu chorasse ela me deixaria e não viria mais me visitar.

Entre 1944 e 1945, enquanto permanecíamos na Suíça, meus pais e a tia Gemma se engajaram em atividades educacionais que visavam contribuir para que crianças e jovens refugiados pudessem recuperar o tempo de estudo perdido. Em Lugano, por iniciativa do governo regional, funcionava uma escola num local chamado *Castello di Trevano*. A escola foi destinada aos jovens de famílias italianas

A- Ficha de Lucio Pardo no DP Camp in Switzerland: italiano, nascido em 1936. Section: A- Svizzera. Distinta degli Ebrei emigrati dall'Italia dopo luglio 1943. Source: e refugiati sia nella Svizzera che nell'Italia Meridionale, 1944. Record Set, Page: D51.5a,14.

refugiadas, cujo trabalho foi organizado por meu pai. Minha mãe dava aulas para as crianças pequenas. Foi ali que a família voltou a ficar unida e eu comecei minha vida escolar.



Localização de Chiasso (círculo oval), em território suíço.

Para lá foi levado o grupo de Ariella junto com outros refugiados.

A seta aponta para a linha que demarca a fronteira entre Itália e Suíça. Criação: Carol Collfield. Google Maps.

Nesse castelo tivemos uma vida boa. Lembro-me que sentávamos num parque que tinha grutas artificiais e muitas árvores que ficavam cheias de flores na primavera. No inverno, as grutas ficavam cheias de estalactites. Meu pai me explicava: “Olha, estalactites se formam assim, como cones, as estalagmites estão em baixo...”. Tínhamos boas roupas e eu andava sempre bem vestida, muito bem. Em minha roupa havia um carimbo vermelho escrito Zetel, que até hoje não sei o que significa, mas indicava que se tratava de roupas doadas por alguma organização. No verão íamos de bonde até o lago de Lugano, para banhos. Os bondes tinham dois bancos, um de cada lado, e o meio era vazio. Em Lugano se fala italiano. Uma vez, no bonde, uma senhora perguntou-me de onde eu vinha, e quem eu era. Expliquei que éramos italianos, que a *Gestapo* havia invadido as casas dos judeus e que estavam matando as crianças; que não adiantava ser grande ou pequeno, eles matavam todo mundo. E então reparei que as pessoas sentadas no banco na minha frente estavam

chorando. Perguntei para minha mãe: “Por que todo mundo chora?” E minha mãe falou: “Por isso que você está falando!” Voltei recentemente para visitar aquele fantástico castelo em que havíamos sido abrigados e vi que em seu lugar foi construída uma grande escola.

A Suíça manteve os refugiados: organizou escolas e trabalhos. Até que um dia, quando terminou a guerra, vieram os caminhões dos americanos e levaram todo mundo de volta aos lugares de origem. Para retornar à Itália formou-se uma longa fila de caminhões. As estradas estavam destruídas; nos lugares onde antes havia pontes, foram feitas passagens improvisadas com troncos de árvores amarrados com cabos de aço. E assim passávamos por cima dos lagos e dos rios, um caminhão de cada vez, as pontes balançavam. Um desses caminhões virou e caiu no lago, ninguém parou, todos os outros continuaram em frente.

Nem toda a família de meu pai se salvou. Ele era filho único e tinha muitos primos. Eugenio Curiel, primo dele, foi preso e mandado para uma ilha de confinamento italiana em Ventotene. Fugiu, foi para Milão, até a casa de sua mãe. Um guarda nazifascista do campo de confinamento que estava em Milão, ao vê-lo na rua, o matou. Este guarda foi preso pelo assassinato cometido em Milão. A mãe do guarda foi pedir à mãe da vítima que intercedesse para liberar o filho dela, que teria agido dessa forma por “dedicação ao seu trabalho”.

O retorno à vida

Com o fim da guerra, em julho de 1945, os refugiados foram então levados em caminhões do Exército americano para as cidades de origem. Três dias depois da chegada a Como, estávamos de volta a Bolonha. Porém, nem tudo estava como antes. Fomos até nosso apartamento na Via Zamboni n° 2, e descobrimos que o apartamento da nossa família estava ocupado. Meu pai tinha a chave de casa, mas não adiantou. O senhor que abriu a porta falou: “Quem são vocês? Por que querem entrar aqui? Esta casa é minha”. Meu pai explicou: “Não, essa casa é minha.” “Não, essa casa era de judeus. Na prefeitura falaram que os judeus estão todos mortos e deram esta casa a para gente”, respondeu o senhor.

O governo fascista havia confiscado as casas que anteriormente pertenciam aos judeus e distribuído para outros habitantes. Os livros da família haviam sido queimados para alimentar as estufas que aqueciam o apartamento no inverno.

Não tínhamos mais nada a dizer. Voltamos para o acampamento do qual havíamos sido despejados pelos caminhões, agora um acampamento militar, com tendas, muitas tendas. Me lembro dos sanitários desse lugar e das tendas. Tivemos que pedir quatro colheres emprestadas para uma amiga de minha mãe, que morava próximo da praça onde estavam as tendas, para conseguirmos tomar a sopa que era dada aos refugiados.

O que fazer? Um dia, minha mãe me deixou sentada na entrada da tenda e foi resolver alguma coisa. Ali eu estava quando passou um senhor – que não conhecia – que me chamou pelo nome: “Ariella?” Ele me pegou no colo e começou a chorar. Esse era o mesmo homem que havia falado para meu pai não voltar para casa. Quando ele soube que os refugiados estavam voltando para a Itália, veio nos procurar. Era Alfredo Giommi. Ele esperou mais uma vez por meu pai e disse:

– Na casa de vocês tem gente, mas na minha tem lugar para vocês! Eu tenho um quarto, onde estão os meus filhos. Meus filhos vão dormir comigo e vocês vão ficar no quarto deles.

A família Giommi morava no último andar do prédio onde a gente morava. Era uma construção muito antiga, com uma torre em cima. Eles moravam no começo da torre, acima da gente. Giommi conhecia meu pai e era uma pessoa maravilhosa. E assim foi, e a nossa vida (re)começou. Neste mesmo ano de 1945, meu pai foi reabilitado, aliás tudo foi reabilitado. Os judeus voltaram aos lugares deles, quase..., pois tudo que era dos judeus havia sido invadido e confiscado. Meu pai tinha cofres de aluguel em um banco onde havia deixado algumas coisas, incluindo um livro de filosofia que ele não publicou justamente por ser judeu, dada a proibição existente à época. Neste livro ele se contrapunha ao pensamento filosófico de Giovanni Gentile, importante filósofo da escola italiana fascista do momento. Os cofres de aluguel dos judeus, no banco, não existiam mais. Constatamos assim que, dos judeus, os fascistas não roubaram apenas os bens, mas também as ideias. Somente depois de muito tempo, depois que meu pai conseguiu se reabilitar e reconstruir sua vida, já com 80

anos, publicou um livro sobre seu estudo intitulado *La filosofia di Giovanni Gentile*. Meu irmão o ajudou, entrando em contato com o editor. Meu irmão foi procurado recentemente (2015) para autorizar uma segunda edição. Meu pai em fim de vida escreveu também um livro pelo qual ganhou uma placa de ouro, o *Premio letterario Portico di Ottavia 1970*. Hoje, esta placa está com minha filha Daniela. Pórtico de Otávia é o símbolo do gueto de Roma. O livro chama-se *Israele fra i popoli*.



Ariella e sua amiga Marisa Giommi.
Bolonha, 1º.6.1946.
Acervo: Segre/SP. Arqshoah/Leer-USP.

Assim, nossa vida começou a ser lentamente reconstruída. Em 1º de junho de 1946, cheguei a participar da Primeira Comunhão de minha querida amiga Marisa Giommi, na cidade de Bolonha.

Em 1946, uma revista destinada à comunidade judaica propôs aos seus leitores a seguinte pergunta: “Apesar do que aconteceu na Europa, você permanece judeu. Por quê?” Meu pai escreveu uma carta-resposta à revista na qual elaborou a seguinte reflexão: “Permaneço judeu por Fé; por imperativo absoluto do dever; pela indissolubilidade moral do vínculo”. Para ele, negar o judaísmo significava negar sua própria história, ou, ainda, unir-se àqueles que haviam tentado destruir seu povo. Além disso, caso negasse suas origens, estaria ensinando aos filhos a serem algo que eles não são, a viverem falsamente. É esse patrimônio que meu irmão Lucio e eu continuamos defendendo.

O fim da guerra não significou o fim do antissemitismo na Europa. Lembro-me de que algumas passagens me marcaram muito. Com o término da guerra, voltamos para a Itália. Havia destruição por todos os lados. Prédios caídos, o teto da sinagoga destruído por uma bomba. O edifício que abrigava a sinagoga tinha um saguão que ligava a entrada principal até a sinagoga. Nas laterais desse saguão havia outras salas e, entre elas, uma pequena sala usada para orações diárias. Esta parte da construção permanecia intacta: a entrada e a sala de orações. No primeiro *Yom kippur** após a guerra, em 1945, fomos para lá e ficamos no saguão da sinagoga. Foi quando apareceram alguns refugiados e pessoas cujas famílias tinham sido

despedaçadas. Os judeus que tinham sobrevivido sentiram a necessidade de se reunir. E se reuniram nesse amplo saguão. Não havia mais rabino, pois ele havia sido deportado, mas todos estavam comprometidos com a celebração da data.

Naquele tempo, eram proibidas as reuniões públicas por questões políticas. Estávamos no final do *kippur* quando chegou um grupo de soldados. Uma pessoa da sinagoga falou para um dos soldados: “Olha, nós não estamos em nenhuma reunião política! Hoje é um feriado religioso e estamos nos reunindo”. Ao que um dos soldados respondeu (em hebraico): “Nós somos judeus e queremos estar juntos”. E eles ficaram conosco até o fim da celebração. Ao final, um deles perguntou: “Onde tem lugar para construirmos uma *suká* [cabana]?”. Pensei rápido: “Talvez na frente, mas tínhamos uma sinagoga destruída lá, ruína por todos os lados. Onde? O pátio já não existia mais.” Subimos ao andar superior, que dava acesso à galeria das mulheres da sinagoga, e aquela parte da construção estava sem o teto, mas, de resto, preservada. Os pedaços de tijolos da cobertura que caíram não chegaram a destruí-la. Então começamos a jogar os tijolos para baixo, e as crianças começaram a procurar galhos! “A gente vai construir a *suká* aqui!” Voltamos com galhos.

Os soldados, com nossa ajuda, liberaram espaço da galeria, que se transformou em um pátio grande. Pegamos estacas, folhas, e ali construimos uma *suká*. Na primeira noite de *sukot*,^A fui com meus pais naquela *suká*! Era maravilhosa, tinha luz e estava enfeitada com caixinhas vermelhas que continham uvas-passas, que depois foram entregues para as crianças.

A- A Festa da Colheita, conhecida também como Festa dos Tabernáculos, é comemorada no décimo quinto dia do mês de *Tishri*, duas semanas após *Rosh Hashaná** que, usualmente, cai no final de setembro ou outubro. A palavra “Tabernáculo” origina-se da palavra latina “tabernaculum”, que quer dizer cabana, um abrigo temporário. No original hebraico a palavra equivalente é *suká*, cujo plural é *sukot*. É um tempo de regozijo, de ação de graça, como está citada no Levítico (23:33-43): “Porém, aos quinze dias do mês sétimo, quando tiveres recolhido os produtos da terra, celebrareis a festa do Senhor por sete dias; ao primeiro dia, e também ao oitavo, haverá descanso”. No calendário judaico está entre as Festas de Peregrinos, assim como a Páscoa e Pentecostes, quando era exigido que todo homem judeu fizesse uma peregrinação até o Templo de Jerusalém. Nestas ocasiões, o povo trazia os primeiros frutos da colheita da estação ao Templo para oferecer ao Senhor e às famílias dos sacerdotes. Somente após esta obrigação é que era permitido usar a colheita como alimento. Tem também um significado histórico: recorda a peregrinação dos judeus pelo deserto a caminho da Terra Prometida.

Daquele terraço víamos o cenário de destruição, com casas partidas por bombas, com frestas por onde passava a luz. Imaginem o significado de ver, naquela época, uma *suká* vibrante, alegre, com gente cantando, animadíssima, em cima de uma sinagoga destruída. Isto é vida. Esse acontecimento me marcou tanto que, quando tivemos condição de comprar um terreno para construir nossa casa, e meu marido chamou um arquiteto para fazer a planta, eu falei: “Eu quero um espaço para uma *suká*”. E assim foi feita a casa onde tínhamos um lugar especial para a *suká*.

Se alguém me fala que o antissemitismo não existe mais, não acredito. Essa postura a gente aprende com a vida: observando com quem fala, onde está falando e o que fala. “Devemos tomar determinados cuidados”, expliquei aos meus filhos, que nunca sentiram o antissemitismo na pele. Eles falam publicamente, às vezes, coisas que eu não falaria. Infelizmente, pela minha experiência eu tenho sempre “um pé atrás”. Senti efeitos do antissemitismo mais tarde, e ele é presente na cultura popular italiana. Eu, que já queria deixar a Itália, concluí que havia chegado a hora. Minha mãe permaneceu lá até sua morte, aos 93 anos. Meu irmão, Lucio Pardo, ainda vive em Bolonha, onde é engenheiro civil, além de ter exercido por vários anos o papel de presidente da Comunidade Judaica de Bolonha. Minha tia Gemma, após a volta para Itália, continuou sua atividade como intelectual, pesquisadora, escritora e professora, até sua morte em Bolonha, no dia 4 de maio de 1971. Publicou diversos livros, entre os quais *Il caso Mortara*, trabalho pioneiro no qual analisa a história do menino judeu raptado pelo Vaticano.

A- Giulio Vittorio Segre, médico, nasceu em Boves (Itália) em 13 de agosto de 1898, filho de Vittorio Segre e Giulietta Muggia. Casou-se com Laura Debenedetti, mantendo residência em Turim, à Rua Sacchi n° 42. Laura Debenedetti Segre havia nascido em Turim (Itália) em 16 de janeiro de 1911, sendo filha de Salvador Debenedetti e Adele Sacerdote, residentes em Turim, à Rua Miguelangelo n° 11. O casal viajou para o Brasil a bordo do navio Oceania, tendo desembarcado no porto de Santos em 22 de fevereiro de 1940.

Primeiro pensei em emigrar para Israel, mas em 1958 conheci Marco Vittorio Segre, médico italiano que vivia no Brasil desde 1940 e que viria a ser meu marido. Quando eu tinha 19 anos, nos casamos e viemos para o Brasil. Antes de falar sobre o Brasil, creio que vale a pena contar aqui a história de Marco: ele nasceu em Turim em 1934 e, aos 6 anos, veio para o Brasil com seus pais, Giulio [Julio] Vittorio Segre e Laura Debenedetti Segre.^A Na certidão de nascimento italiana de Marco está registrado assim: Marco Vittorio Segre e, na linha seguinte, “*di razza ebraica*”. Ele era médico formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo e trabalhou no campo da bioética na medicina do Brasil.

A- Carmem Segre, irmã de Giulio Segre, foi presa em Saluzzo (Cuneo) e deportada para o campo de extermínio de Auschwitz. Não sobreviveu ao Holocausto. Carmem era filha de Vittorio Segre e Giulia Muggia, nascida em Boves, em 11 de dezembro de 1884, e casada com Benvenuto Israele Lattes. Cf. *I Nomi Della shoah Italiana. Memoriale delle vittime della persecuzione antiebraica 1943-1945*. Fondazione CDEC.

A saga das famílias Segre e Debenedetti

Giulio Vittorio, pai de Marco, também era médico, especializado em ginecologia e obstetrícia, na Universidade de Turim. Na Primeira Guerra Mundial foi convocado às armas e atuou como oficial médico na frente de batalha, sendo em seguida premiado por ter servido com fidelidade e amor à pátria. Ao serem promulgadas as leis raciais de 1938, o Dr. Giulio ficou revoltado, pois agora sua condição seria rebaixada para cidadão de segunda classe. Isso ele não aceitou. Ele chegou a pensar em aceitar uma proposta de trabalho em Rangun, na Birmânia. Àquela altura, era difícil conseguir vistos para o Brasil, mas Laura os conseguiu: viajou até Livorno e voltou com os vistos em mãos, emitidos e assinados pelo cônsul-geral do Brasil, em 29 de dezembro de 1939.

No Brasil, já se encontrava Emilio Debenedetti, tio de Marco e irmão de Laura, desde 5 de abril de 1939, trabalhando nas Indústrias Matarazzo.

Giulio Segre tinha quatro irmãos: um deles também veio para o Brasil; a irmã foi para Cuba e hoje mora na Filadélfia; um outro irmão foi para os Estados Unidos, onde se tornou um bem-sucedido importador de vinhos e queijos; e a última irmã, Carmem, ficou na Itália.^A

Era 1940 quando Giulio, com esposa e filho, e seu irmão, com esposa e três filhos, embarcaram no navio Oceania com destino a Santos. Marco era ainda muito criança e mais tarde não saberia dizer se outros judeus viajaram naquele mesmo navio. Dizia que tinha gostado da viagem, mas que, ao chegar ao porto de Recife, fizeram um passeio pela cidade e acharam tudo muito feio. Em compensação, lembrava-se com exatidão que ao aportar no Rio de Janeiro, havia ficado entusiasmado diante da beleza da paisagem e da cidade. Contava também que eles não conheciam ninguém no Brasil, mas que, aos poucos, entraram em contato com vários judeus italianos, que formaram um grupo que veio a ser chamado de “Colônia Mussolini”, por se tratar de pessoas que saíram da Itália por causa de Mussolini. Deste grupo, faziam parte as famílias Temin, Pesaro, Moscati, Terni, Beer, Musatti, Levi, Morpurgo, entre outras.

Giulio Vittorio Segre, pai de Marco, era um homem de grande bom senso e soube encontrar seu equilíbrio dentro da nova situação. Era médico, mas não pôde revalidar seu diploma no Brasil. Assim mesmo, ele conseguiu o cargo de superintendente do Hospital Umberto I, de propriedade dos Matarazzo, onde permaneceu até 1958. A partir desse ano, ocupou-se da representação de uma empresa de papel heliográfico, utilizado para a reprodução de documentos (fotocópia). Laura Debenedetti Segre, mãe de Marco, nunca se adaptou à vida no Brasil e, verdade seja dita, ela sentia muito a falta da mãe e da irmã que haviam ficado na Itália.

Marco estudou no Colégio Dante Alighieri e, talvez por ser filho único, não ficava muito à vontade com seus colegas. Dizia ele:

Os meninos aqui no Brasil eram mais livres e mais “soltos”. O meu jeito contido não lhes agradava e eu era discriminado especialmente pelos meninos católicos, em geral filhos de fascistas, que chegavam a ser hostis. Amigos mesmo eu só os tive entre os meninos judeus

italianos que aqui chegaram como eu. Minha família frequentava a sinagoga da Abolição, mas quando surgiu a CIP, com o rabino Pinkuss, que era muito competente e sério, passamos a frequentá-la. Só soubemos, bem depois da guerra, que a única tia, irmã de meu pai, que permaneceu na Itália, em Saluzzo, no Piemonte, havia sido deportada e morta no campo de Auschwitz.

Meus pais nunca pensaram em voltar a morar na Itália, apesar de minha mãe ter ido várias vezes para lá para visitar sua família. Meu pai e eu só fomos para a Itália em 1958, junto com minha mãe. Na verdade, meu pai havia me prometido que em 1952 faríamos esta viagem, mas isso só aconteceu mesmo em 1958, quando eu, já com 24 anos, tinha me formado em Medicina. Digno de registro é que meu pai, ao chegar à Itália foi convidado pelo renomado médico, professor Dogliotti, a trabalhar com ele, mas, depois de uma longa reflexão, meu pai preferiu voltar ao Brasil. [Testemunho de Marco Segre].

Foi por ocasião desta viagem em 1958, nos Alpes, que eu conheci Marco, com quem me casei um ano e meio ano depois. Em 1960, ele voltou à Itália para me pedir formalmente em casamento. Nós nos casamos e viemos juntos para o Brasil. Em 1º de março de 1960 chegamos ao Brasil em um voo da Panair. Em S. Paulo, nasceram nossos quatro filhos.



Pais de Ariella, Ferruccio Pardo e Iris Volli, e a avó de Marco Vittorio Segre, Adele Sacerdote Debenedetti, no casamento de Ariella e Marco Segre. Bolonha, Itália, 1960. Fotografia não identificado. Acervo: Segre/SP; Arqshoah/Leer-USP.

2

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

MODELO S.C. 139
01944

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no pôrto de destino

Nome por extenso **ARIELLA PARDO SEGRE**
Admitido em território nacional em caráter **PERMANENTE**
Nos termos do art. **9** letra **---** do dec. n. **7967** de 1945 (temporário ou permanente)
Lugar e data de nascimento **Trieste, 9/7/1940**
Nacionalidade **italiana** Estado civil **casada**
Filiação (nome do Pai e da Mãe) **Ferruccio Pardo e Iris Volli Pardo** Profissão **prendas domesticas**
Residência no país de origem **Via Bambaglioli 6 II-Bolonha.-**
NOME IDADE SEXO
Viaja em companhia do marido brasileiro, portador do passaporte n. 313684, expedido pelo Consulado em Roma, aos 12/2/1960.

FILHOS MENORES DE 18 ANOS
Ciente das Circ. n. 2087 de 5/10/54 e 2401 de 24/1/56.
Passaporte n. **5829518P** expedido pelas autoridades de **Polícia Civil de Bolonha, aos 9/6/1956**
visado sob n. **57.-**

ASSINATURA DO PORTADOR:
Ariella Pardo Segre

Consulado **---** do Brasil em **Florença** **23 de fevereiro** de 19 **60**
O CONSUL
Murlilo O. de F. Passos
Cónsul

NOTA—Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.

Ficha consular de qualificação de Ariella Pardo Segre emitida pelo consulado-geral do Brasil. Florença, 23.2.1960. Acervo: Arquivo Nacional/RJ; Arqshoah/Leer-USP.

Ariella Pardo Segre

MODELO S.C. 139

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no pôrto de destino

Nome por extenso LAURA DEBENEDETTI SEGRE
Admitido em território nacional em caráter Permanente
Nos termos do art. 30 letra ---- do dec. n. 3010, de 1938
Lugar e data de nascimento TURIM, aos 16/1/1911
Nacionalidade italiana Estado civil casada
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Salvador DEBENEDETTI e Adele Sacerdote Profissão Prendas domesticas
Residência no país de origem Turim - Rua Michelangelo, 11
NOME IDADE SEXO

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 564844 expedido pelas autoridades de Polícia de Turim na data 12/4/1937.
visado sob n. 173.

ASSINATURA DO PORTADOR:
Laura Segre Debedetti

Consulado do Brasil em LIVORNO 29 de Dezembro de 1939.
O CONSUL:
Marcus Castel

NOTA - Esta ficha deve ser preenchida a máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.

Ficha consular de qualificação de Laura Debedetti Segre, mãe de Marco, emitida pelo consulado-geral do Brasil. Livorno, 29.12.1939. Acervo: Arquivo Nacional/RJ; Arqshoah/Leer-USP.

MODELO S.C. 139

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no pôrto de destino

Nome por extenso Dr. JULIO SEGRE
Admitido em território nacional em caráter Permanente
Nos termos do art. 30 letra ---- do dec. n. 3010, de 1938
Lugar e data de nascimento Bôves-Itália, aos 13/8/1898
Nacionalidade italiana Estado civil casado
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Vitorio Segre e Giulietta Muggia Profissão Medico cirúrgico
Residência no país de origem Turim - Rua Sacchi, 42
NOME IDADE SEXO

Marco Segre 5 anos masculino

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 564844 expedido pelas autoridades de Polícia de Turim na data 12/4/1937.
visado sob n. 172.

ASSINATURA DO PORTADOR:
Giulio Segre

Consulado do Brasil em LIVORNO 29 de Dezembro de 1939.
O CONSUL:
Marcus Castel

NOTA - Esta ficha deve ser preenchida a máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.

Ficha consular de qualificação de Giulio Segre e seu filho, Marco Segre, emitida pelo consulado-geral do Brasil. Livorno, 29.12.1939. Acervo: Arquivo Nacional/RJ; Arqshoah/Leer-USP.

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso..... **Emilio Debenedetti**
Admitido em território nacional em caráter..... **temporário**
(temporário ou permanente)
Nos termos do art. **25º** letra **A.** do dec. n. **3.010**, de 1938
Lugar e data de nascimento..... **Turim, em 18** / **7** / **1905.**
Nacionalidade..... **italiana** Estado civil..... **casado**
Filiação (nome do Pai e da Mãe)..... **Salvatore Debenedetti e Adele Sacerdote** Profissão..... **Chimico**
Residência no país de origem..... **Via Michelangelo 11 - Turim**
NOME IDADE SEXO

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. **857019** expedido pelas autoridades de **Polícia de Milão - Italia** na data **30-Dezembro-1938.**
visado sob n. **S/N.**

ASSINATURA DO PORTADOR:
Emilio Debenedetti

Consulado **Geral** do Brasil em **Genova.**
20 de **Março** de 19**39.**
O CONSUL: **Geral**
Carlo G. de T...

NOTA - Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.



Ficha consular de qualificação de Emilio Debenedetti, emitida pelo consulado-geral do Brasil. Genova, 20.3.1939. Acervo: Arquivo Nacional/RJ; Arqshoah/Leer-USP.

Uma nova vida no Brasil

Eu sempre me senti integrada no Brasil. Quando cheguei aqui, minha sogra falou: “Nós vamos chorar juntas as saudades da Itália”. Ao que eu respondi: “Eu não vim para o Brasil para chorar. Se fosse para ficar chorando, eu ficava onde estava. Eu vim para o Brasil para viver”.

Eu não conhecia tantas vertentes do judaísmo. Conhecia a vertente italiana, seguindo as tradições como faziam os meus pais. Nós íamos até a sinagoga a pé, comíamos alimentos *kasher** na medida do possível, porque em Bolonha era difícil arrumar esses alimentos. Em Roma, os rabinos recomendavam determinadas marcas de alimentos, então, quando possível, seguíamos as recomendações. Para o *Pessach**, não dava para vir tudo de Milão, mesmo porque não éramos tão rigorosos. Mas, sempre que possível, o nosso *Pessach* era *kasher*. Os docinhos de *Pessach*, o meu lanchinho, tudo seguia os preceitos de *Pessach* ... isso, para mim, era normal, tão normal como ir a pé até a sinagoga ou comer peixes sem escamas e barbatanas.

Chegando a S. Paulo, passei a frequentar a Congregação Israelita Paulista (CIP)⁴, da qual a família de Marco fazia parte. Eu ia à sinagoga a pé e estranhei muito quando vi, na saída da sinagoga, no *Shabat**, o rabino entrar em um carro.



Ariella e Marco Segre com a família Guertzenstein no *bar mitzvá** de Baruch Guertzenstein (neto de Ariella e Marco). Jerusalém, Israel, s.d.
Fotógrafo não identificado. Acervo: Segre/SP; Arqshoah/Leer-USP.

4 A Congregação Israelita Paulista (CIP surgiu em 1934 com o nome de Sociedade Israelita Paulista (SIP), que foi criada por cerca de 40 jovens que integravam o primeiro núcleo da Comissão de Assistência aos Refugiados Israelitas na Alemanha (CARIA). Em 1936, foi fundada a Congregação Israelita Paulista por um grupo de refugiados judeus alemães liderados pelo Dr. Luis Lorch, imigrante oriundo da Alemanha. Os primeiros serviços religiosos na sede da CIP foram realizados com a presença do rab. liberal professor Dr. Fritz Pinkuss. Dentre os fundadores estavam: Luis Lorch, Roberto Lichtenstein, José E. Mindlin, Alberto Stahl, Ernest Koch, Max Perlman, Hans Hamburger, Albert H. Moritz, dentre outros. Identificada com o judaísmo liberal alemão, a CIP transformou-se em um espaço de resistência, liberdade e memória. Sobre o tema ver: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Olhares de liberdade: CIP – Espaço de resistência e memória*. S. Paulo: CIP, 2018.

Passsei a frequentar as funções na CIP. Naquele tempo, na sinagoga não havia livros de rezas para todos. O meu livro, de rito italiano, seguia uma ordem um pouco diferente. Comprei um livro de rezas da própria CIP para acompanhar melhor. Mas as funções não seguiam integralmente o que estava escrito – algumas partes eram puladas. Resolvi prestar atenção: sentei-me na primeira fila, peguei um lápis e comecei a marcar no livro as partes que eram lidas. Vendo isso, o *shamash* (funcionário) me disse: “Escrevendo na sinagoga? A senhora não sabe que na sinagoga não se pode escrever no *Shabat*?”. Mas não é só na sinagoga que não se escreveria no *Shabat*. E, também, no *Shabat* não se carregariam os livros de casa até a sinagoga. Mas isso não foi um problema para mim. Eu me adaptei facilmente. Lembro-me que na Itália tínhamos aulas na escola aos sábados. E meu pai falava: “Nós temos que seguir as regras do país, tudo aquilo que é imposto”. Mas naquilo que não era imposto, tínhamos liberdade de escolha. Era tudo tão tranquilo, pois assim fui acostumada. Não tinha aquela intransigência: “Ah, não posso fazer isso porque é *Shabat*.” Não, tudo era optativo. Como não vivia mais na Itália, entendi que deveria obedecer às leis do país. Sinceramente, quando eu vi o rabino sair de carro, estranhei um pouquinho, mas tudo bem.

Em 2000 defendi na Universidade de S. Paulo minha dissertação de mestrado “Imigração judaica italiana”. O número de imigrantes italianos judeus que achei foi tão grande, que eu estava quase desistindo, mas com a ajuda da professora Maria Luiza Tucci Carneiro, coloquei uma delimitação em minha pesquisa e essa foi: “vistos concedidos pelo consulado brasileiro em Gênova em janeiro de 1939”, reconstituindo a história de um grupo de italianos refugiados do fascismo que escolheram o Brasil como sua segunda pátria. É neste contexto que as nossas histórias de vida se cruzam.

Somos todos iguais

Passamos por um período nefando da história. Dois governantes sedentos de poder se consideravam pertencentes a uma raça superior, com o direito de massacrar aqueles que consideravam inferiores. Em reação à monstruosidade cometida na Segunda Guerra Mundial, em 1948, a ONU promulgou a Declaração Universal de Direitos Humanos, em que se reconhece a dignidade como um direito de todas as pessoas, sem qualquer distinção,

e se estabelece que todos devam ser tratados de forma igual. No judaísmo tivemos sempre presentes os direitos humanos, colocando todo mundo no mesmo nível, com os mesmos direitos e deveres. Posso citar como exemplo o mandamento no qual é mencionado que o sábado – ou, dito de outra forma, um dia por semana – deve ser respeitado como dia de descanso para todos, indistintamente. Trata-se da primeira lei trabalhista de que se tem notícia. No judaísmo, todos os credos são respeitados. No único estado judeu todas as religiões são respeitadas. Espero que os direitos humanos escritos na ONU em 1948 não fiquem só no papel.